



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD

EQSW 103/104 - Complexo Administrativo – Bloco “B”, Térreo, Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília - DF
Caixa Postal 7993
Telefones: (61) 3341-9448/3341-9208 FAX.: (61) 3341-9499

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Nº 004/2010 DE 11/10/2010

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio
Ambiental
PROJETO PNUD BRA/08/023**

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTE EDITAL, POR CARTA REGISTRADA, ATÉ O **DIA 22 DE OUTUBRO DE 2010** PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:

**PROJETO PNUD BRA/08/023 - PROJETOS ESPECIAIS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
CAIXA POSTAL Nº 7993
70673-970 – BRASÍLIA – DF**

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do **EDITAL E CÓDIGO DA VAGA** desejada estejam descritos na parte externa do envelope. O candidato que desejar concorrer a mais de uma vaga deverá encaminhar um currículo para cada código em envelopes diferentes.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “*É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional*”.

ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 35 (REPUBLICAÇÃO DA VAGA 28 DO EDITAL 003/2010)

2- Setor Responsável: CCUC/CGPI/DIREP

3 – Função do profissional a ser contratado: Técnico Especializado em elaboração de diagnóstico de Pesca

4 – Contexto: O estabelecimento de um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade, sendo inclusive pactuado como meta a ser cumprida pelos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica - CDB. Mais recentemente essa estratégia vem sendo utilizada também para o ambiente marinho. Das mais de 5000 áreas protegidas do mundo, apenas 1300 incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos.

Atualmente, **a região da foz do rio São Francisco**, envolvendo o sul do estado de Alagoas e o norte do estado de Sergipe, possui 5 Unidades de Conservação que protegem o ambiente terrestre (REBIO Santa Isabel, a Estação Ecológica do Peba, a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu e a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte). O Refúgio da Vida Silvestre proposto no norte do estado de Sergipe ampliará esse importante sistema de proteção para a porção marinha da região.

A identificação da área proposta para a criação da unidade de conservação se deu a partir de monitoramentos realizados pela Universidade Federal de Sergipe, cruzeiros do Projeto Baleia Jubarte, mergulhos científicos em áreas de recife de corais e manifestações de apoio dos Projetos TAMAR e Peixe-boi-marinho.

A plataforma continental de Sergipe é descrita por Shepard, (1973) como uma das regiões marinhas mais rasas, estreitas e de talude mais abrupto do Atlântico. Em média, atinge 30 km de largura, variando de 18 a 42 km e não passa de 40 m de profundidade. É recortada por uma série de canais rasos e estreitos recobertos de lama e por dois grandes *canyons* submarinos.

A Universidade Federal de Sergipe realizou no período de dezembro de 2001 e 2002, junho de 2002 e 2003 quatro campanhas oceanográficas na região proposta para a criação da unidade. Durante esses trabalhos foram obtidos vários parâmetros físico-químicos da água, além de amostras da comunidade planctônica, nectônica e bentônica.

Campanhas oceanográficas realizadas no litoral sergipano em dezembro de 2001 e 2002, junho de 2002 e 2003, nas quais foram obtidos vários parâmetros físico-químicos da água, além de amostras da comunidade planctônica, nectônica e bentônica. A análise dos dados permitiu observar que no litoral de Sergipe a massa d'água predominante na plataforma é a Água Tropical, associada à Corrente do Brasil. Nos meses de verão (dezembro) há um enriquecimento das águas da plataforma continental pela Água Central do Atlântico Sul (ACAS) que apresenta temperaturas mais baixas e maior concentração de nutrientes. Este fenômeno de Ressurgência Costeira ocorre nas proximidades dos *canyons* do São Francisco e do Japarutuba. Durante o inverno, águas mais quentes são encontradas na Plataforma Continental e a salinidade superficial é bem menor no setor norte da plataforma, provavelmente por influência do rio São Francisco (Paes, *et al.*, 2007).

Segundo Paes, *et al.*, (2007), a fauna demersal da plataforma continental apresenta variações sazonais. Nos verões os maiores valores de abundância e riqueza de espécies se concentraram em áreas rasas, ao passo que nos invernos as abundâncias foram de maior magnitude e mais dispersas pela plataforma.

Um levantamento da comunidade bentônica, realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco, através de amostragens com redes de arrasto, mergulho autônomo e amostrador tipo Corer, revelou que a área proposta para a criação da Unidade de Conservação, abriga pelo menos 128 espécies de invertebrados. Os mergulhos realizados durante este levantamento permitiram observar a presença de esponjas, algas e hidrozoários em grande quantidade, responsáveis por uma maior complexidade estrutural do ecossistema, fornecendo substrato, abrigo ou alimento para as espécies associadas, promovendo os elevados índices de biodiversidade encontrados na área.

Por sua vez, os arrastos capturaram os organismos da megafauna benthica com maior importância econômica como os camarões, principalmente da espécie *Xiphopenaeus kroyeri* responsável por cerca de 80% dos exemplares capturados com esse equipamento. Destaca-se também a presença de caranguejos e siris, além de estrelas-do-mar e peixes demersais. A complexidade dos fundos encontrados nas áreas amostradas com a rede de arrasto se reflete na presença de blocos de algas calcárias e esponjas arrancados e trazidos a bordo pelas redes.

Os recifes de coral são considerados um dos mais velhos e biodiversos ecossistemas da Terra. Segundo Maida e Ferreira, (1997) no Brasil se distribuem por cerca de 3000 km na costa nordeste, desde o sul da Bahia até o Maranhão, e constituem os únicos ecossistemas recifais do Atlântico Sul. Acredita-se que os sedimentos descarregados sobre a plataforma continental pelo rio São Francisco inibem a presença de corais no litoral sergipano e apesar do desenvolvimento de corais não ser tão notável como em outros estados nordestinos, a ocorrência desses organismos já foi observada através de mergulhos, em profundidades entre 8m e 50m.

Em 2005 a equipe técnica da expedição cactáceos do nordeste investigou dois afloramentos recifais e formações calcárias, denominados de Robalo e Grageru, na costa de Sergipe e os descreveu como:

- Robalo: um complexo de afloramento mais próximo do continente com área aproximada de 1 hectare e localizado na isóbata de 12 metros com formações que se elevam entre 4 e 7 metros do fundo. Situa-se a aproximadamente 3,5 Milhas Náuticas do litoral.

- Grageru: Formação calcária com floresta de gorgônias e corais negros, distante cerca de 6 Milhas Náuticas do litoral e situada na isóbata dos 30 m. As formações se elevam a aproximadamente cinco metros do fundo e a área é de aproximadamente 40 hectares.

Quatro espécies de coral foram identificadas até o momento para o litoral de Sergipe, sendo que duas delas são endêmicas da costa Brasileira. Das quatro espécies, Três (*Siderastrea stellata* (endêmico do Brasil), *Mussismilia hispida* (endêmico do Brasil) e *Montrastea cavernosa* foram registradas na pedra do Robalo, em profundidades de 8 metros, enquanto a quarta espécie (*Scolymia welsii*) foi encontrada na pedra do Grageru, em profundidade de 27 metros (Alcântara *et al.*, 2006).

A baleia jubarte (*Megaptera novaeangliae*) é classificada como vulnerável, com alto risco de extinção na natureza em médio prazo (IBAMA, 2001; IUCN, 2004). Esta espécie migra para regiões tropicais e subtropicais durante o inverno, vindo de áreas de alta latitude, a procura de águas mais quentes e rasas para a reprodução e cria (Dawbin, 1966; Clapham & Mead, 1999). No hemisfério sul, de uma maneira geral, as rotas migratórias ocorrem ao longo da costa, facilitando os estudos de comportamento migratório (Dawbin, 1966). Levantamentos aéreos e cruzeiros realizados pelo Instituto Baleia Jubarte ao longo da costa brasileira, desde o Rio Grande do Norte até São Paulo demonstraram claramente que os estados de Sergipe e principalmente da Bahia e Espírito Santo constituem os locais preferenciais para reprodução das baleias jubarte no Brasil.

O peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*) é uma espécie incluída em listas internacionais de proteção e no Brasil, consta na lista oficial de espécies da fauna ameaçadas de extinção, com uma população estimada de 500 animais para todo o litoral brasileiro. Distribui-se do estado de Alagoas ao Pará e é considerado desaparecido nos estados de Espírito Santo, Bahia e Sergipe. A partir de 1994 o Projeto Peixe-Boi iniciou um programa de reintrodução de Peixes-boi marinhos na natureza com o intuito de repovoar áreas de ocorrência histórica da espécie. Desde então um exemplar escolheu o litoral sul de Sergipe como principal área de permanência reforçando a importância do litoral Sergipano para a conservação da espécie no Brasil.

5 – Justificativa:

Na zona costeira do Brasil as unidades de conservação proporcionam uma razoável representatividade dos biomas, porém, quando computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva, verifica-se que menos de 0,4% dessa área está representada sob a forma de alguma categoria de unidade de conservação.

Por outro lado, é crescente a disseminação dos conceitos de que as áreas protegidas marinhas são essenciais para conservar a biodiversidade dos oceanos e para a manutenção da produtividade, especialmente dos estoques pesqueiros. No Brasil, o tamanho do litoral aliado à grande diversidade de ecossistemas e espécies gerou a falsa idéia de um inesgotável potencial de exploração, levando, em conseqüência, à adoção de políticas de desenvolvimento que pouco, ou quase nada, se preocuparam com a sustentabilidade do uso de seus recursos (Plano Nacional de Áreas Protegidas - Metas e Ações para a Zona Costeira e Marinha).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, estabelecido pelo Decreto Presidencial Nº 5758/2006, define entre suas diretrizes que “o sistema representativo de áreas costeiras e marinhas deve ser formado por uma rede de áreas altamente protegidas, integradas a uma rede de áreas de uso múltiplo e que devem ser criadas e geridas visando compatibilizar a conservação da biodiversidade com a recuperação dos estoques pesqueiros”.

A Lei 9.985/2000, no art.22, define que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade...”.

Considerando que a proposta de criação de unidade de conservação no litoral sergipano, abrange área marinha com potencial para a pesca, entendemos essencial para o esclarecimento da população envolvida quando da realização das consultas públicas, a elaboração de um diagnóstico de pesca na região.

6. Propósito da Contratação: Realização de diagnóstico e sistematização de informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários, para subsidiar a criação de Refúgio da Vida Silvestre na plataforma marinha de Sergipe.

7. Descrição das atividades:

7.1. Detalhamento

7.1.1. Elaborar um Plano de Trabalho com escopo, conteúdo e detalhamento das atividades, metodologia a serem empregadas, incluindo a forma de integração da equipe de trabalho, juntamente com o cronograma e bibliografia de referência;

7.1.2. Elaborar diagnóstico (de forma estruturada para compor um sistema de informações geográficas) das informações abióticas e bióticas sobre o ecossistema marinho incluindo as variáveis básicas a serem levantadas, produzidas e/ou trabalhadas (conforme descrição abaixo). O diagnóstico implica em analisar e sistematizar informações sobre o meio natural marinho, obtidas a partir de dados secundários sobre a plataforma continental interna, com informações sobre produtividade, parâmetros físico-químicos, sedimentologia e hidrodinâmica, com a conseqüente definição de compartimentos hidrográficos;

- Elementos do Meio Abiótico: caracterização e distribuição das formações geológicas, das unidades geomorfológicas, das fácies sedimentares, das morfologias costeiras e tipos do fundo, dos parâmetros hidrológicos da água do mar (temperatura, salinidade, produtividade primária, material em suspensão e

nutrientes), das massas d'água, das correntes marinhas (incluindo informações de direção, intensidade e forçantes), regime de ondas e marés, padrão de ventos e das condições climáticas da atmosfera. A distribuição dos elementos do meio abiótico inclui as variações espaciais (longitudinais e verticais da coluna d'água) e temporais (em escala adequada), dependendo de cada elemento.

- Elementos do Meio Biótico: caracterização da biota local (informações sobre ocorrência de espécies planctônicas, bentônicas e nectônicas). A caracterização inclui nome científico e vulgar e o tipo de habitat em que a espécie é encontrada. A fauna ameaçada de extinção (constante na lista nacional – MMA, e da IUCN), sobreexplorada (MMA) e endêmica deverá ser alvo de caracterização específica com informações sobre a ocorrência e distribuição espaço-temporal, importância comercial ou econômica, tipo e intensidade de pressão de pesca, extração ou outro tipo de ameaça, grau de endemismo, período de reprodução (se disponível), informações sobre a migração (quando for o caso) e sobre o ciclo de vida (se disponíveis).

7.1.3. Analisar e sistematizar informações que caracterizem o setor pesqueiro e aquícola considerando os seguintes aspectos:

- Caracterizar as pescarias da região em suas diferentes modalidades (pesca de subsistência, artesanal ou pequena escala, industrial e amadora), com especial enfoque para aquelas praticadas na área alvo do estudo, avaliando a dinâmica da atividade pesqueira, perfil da frota, artes de pesca utilizadas, insumos naturais utilizados e principais espécies capturadas, sua produtividade e histórico de captura, infraestrutura tecnológica (equipamentos de pesca, áreas de fundeio e atracação de embarcações, instalações de recepção e beneficiamento) e serviços disponíveis para o desenvolvimento da atividade pesqueira. A caracterização da atividade pesqueira deverá ocorrer por comunidade;
- Realizar levantamento das atividades de maricultura existentes, em implantação ou pleiteando autorização, bem como seu “status” no trâmite dos processos de uso em águas de domínio da União cadastrados no Ministério da Pesca, bem como os programas e projetos de desenvolvimento da aquíicultura. Os empreendimentos existentes deverão ser caracterizados em relação à batimetria, tipos de fundo, tipos de cultivo e grau tecnológico, estruturas instaladas, infra-estrutura de apoio, área ocupada (total e espelho d'água) pelo empreendimento, com as delimitações georreferenciadas, insumos naturais utilizados, espécies cultivadas;
- Caracterizar, localizar e mapear em base cartográfica georreferenciada, as áreas onde são desenvolvidas as atividades de maricultura e pesca, considerando a dinâmica das pescarias ao longo do ano. Relacionar os pesqueiros com as comunidades pesqueiras (associações e colônias) que os utilizam;
- Levantar o número aproximado de pescadores que dependem exclusivamente da pesca na área alvo do estudo, categorizando por tipo de pescaria, embarcação utilizada, comunidade pesqueira (associações e colônias), participação da família na atividade, analisando a relevância da atividade como cadeia produtiva. Considerar a demanda de produtos pesqueiros e a disponibilidade de recursos marinhos e a influência destas na dinâmica socioambiental da região;
- Identificar e caracterizar os conflitos da pesca e maricultura dentro do próprio segmento e com outras atividades, conflitos de uso dos recursos e/ou das áreas de exploração;
- Caracterizar o nível de organização social e empresarial (colônias e associações de pescadores e maricultores);
- Realizar o levantamento dos conhecimentos tradicionais detidos pelos pescadores e maricultores, sobre a biodiversidade, sobre a dinâmica dos recursos naturais e sobre o ambiente físico.
- Sistematizar, correlacionar e integrar as informações obtidas nos levantamentos relativos aos itens acima, visando proporcionar a melhor compreensão possível das formas de uso e apropriação dos recursos naturais pelas populações de pescadores e maricultores através de um Sistema de Informações Geográficas (SIG);

7.1.4. Compilar base e dados cartográficos existentes sobre a região na escala 1:50.000 ou maior quando possível e montar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) integrado com as informações levantadas nos itens anteriores incluindo:

- Mapa base, em escala 1:50.000, ou maior quando possível, contendo os seguintes temas: limites federais e estaduais, limites municipais/sedes, áreas urbanas, localidades e/ou comunidades, limites das áreas sob alguma forma de proteção inseridas na área de estudo (terras indígenas, Unidades de Conservação, áreas de mineração e áreas das Forças Armadas), rodovias e trilhas, hidrografia, curvas de nível, pontos cotados e batimetria;
- Mapa das feições do fundo marinho;
- Mapa das áreas onde são desenvolvidas as atividades de maricultura e das áreas dos pesqueiros, com todas as informações levantadas na caracterização do setor pesqueiro e aquícola descritas no item 8.1.3;
- Mapa com a distribuição dos recursos pesqueiros, da dinâmica do ecossistema e do ambiente físico, conforme apontado pelos pescadores;

- Mapa das zonas de conflito no uso dos recursos pesqueiros e da atividade aquícola e outros usos.

7.1.5. Propor mecanismos de inserção dos usuários locais como co-gestores dos recursos pesqueiros na área proposta para unidade de conservação;

7.1.6. Avaliar e caracterizar a capacidade e as potencialidades dos estuários e zona costeira que compõem o limite da nova UC para maricultura e a pesca, destacando as atividades com maior potencial de expansão e locais para novas capturas e cultivos.

7.2. Abrangência do Estudo e Caracterização da área de Estudo

Os serviços propostos neste termo abrangem os limites estabelecidos na proposta de criação da UC, descrito abaixo e a área no entorno sob influência imediata.

A área proposta para a criação do Refúgio da Vida Silvestre se estende a partir da foz do rio São Francisco por 66,97 km de costa na direção Sul, nos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, e Barra dos Coqueiros. A leste tem-se como limite a isóбата dos 30 metros de profundidade. A área total tem um perímetro de 176.633,70 km, totalizando 127.621,67 hectares. Os pontos que identificam os limites do polígono da unidade proposta estão listados no anexo I. O Datum utilizado na definição do polígono proposto foi o WGS-1984. O contorno da costa foi identificado a partir de imagem georreferenciada disponibilizada pelo SISCOM e obtida através do satélite CBERS 2, órbita 147-112 datada de 01/03/2009 (Anexo 2).

A forma irregular do polígono da UC deve-se à presença dos dois *cânions* submersos (São Francisco e Japarutuba) que estreitam a largura da plataforma continental na porção norte e sul da área da UC. Desta forma a distância da costa, na porção norte varia de 9,6km a 12,1 km. Na porção sul situa-se a cerca de 17 km enquanto que na área central mais larga, a UC alcançará uma distancia de 29 km da costa do estado de Sergipe.

Todo o polígono está situado em uma área que segundo o levantamento das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e Repartição de benefícios da biodiversidade brasileira é caracterizada como de importância extremamente alta a alta e prioridade extremamente alta a muito alta, e se encontra sobreposta aos polígonos identificados como: ao largo de Aracaju; área de exclusão da pesca do estuário do rio Sergipe; foz do rio São Francisco. Para essas áreas é recomendada a criação de UC e a criação de uma área de exclusão de pesca, de modo que o Refúgio da Vida silvestre proposto atenderia às duas recomendações (MMA, 2007) (Anexo 4).

As atividades de levantamento de informações deverão envolver dados publicados e não publicados, a serem obtidos junto às entidades voltadas à gestão ambiental, pesquisa científica, monitoramento ambiental, gestão e ordenamento da pesca, pesquisa socioeconômica e ao planejamento do desenvolvimento da região, além de dados obtidos por meio de entrevistas junto aos representantes dos órgãos públicos e diferentes segmentos econômicos com atuação na região, particularmente dos setores pesqueiro e aquícola.

Deverão ser consultados e avaliados os estudos sobre recursos marinhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), estudos, projetos, relatórios e publicações elaborados pelo Centro de Pesquisa e Gestão dos recursos Pesqueiros correspondente (CEPNOR/CEPENE/CEPSUL/CEPERG do IBAMA), bem como informações, projetos, dados, relatórios, estudos e publicações junto à outros órgãos públicos, tais como o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Marinha do Brasil, os órgãos estaduais de meio ambiente, as Prefeituras Municipais, Organizações Não-Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, empresas e suas entidades representativas com atuação na região, assim como junto às Associações e Colônias de pescadores, maricultores e armadores de pesca com atuação na região.

7.3 Forma de apresentação:

O consultor deverá observar as seguintes especificações quanto à forma de apresentação de resultados e produtos:

7.3.1. Textos

As versões preliminares e finais dos relatórios deverão ser entregues em papel e CD-ROM em forma de minuta, textos em padrão Word, versão XP, ou compatível, apresentar qualidade técnica e linguagem compatível com sua destinação, em língua portuguesa, papel formato A4, conforme normas da ABNT, espaço duplo, 1 via para avaliação da equipe técnica do contratante, que deverá aprová-lo antes da versão final de cada produto, que deverá ser apresentada em duas versões impressas, encadernadas e duas versões eletrônicas.

7.3.2. Mapas:

Os mapas (parciais e finais) deverão ser apresentados impressos em cópias coloridas e em formato A3, na escala 1:50.000 ou maior se possível, obedecendo às normas técnicas aplicadas à cartografia e utilizando-se de bases cartográficas oficiais para as regiões costeira e marinha, além de fotografias aéreas (se disponíveis) e imagens de satélite georreferenciadas recentes (se for necessário). Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digitais, e apresentadas em formato Shapefile (SHP) para dados vetoriais, Microsoft Access para o banco de dados e JPEG para imagens. Os arquivos de impressão também deverão ser entregues nos seguintes formatos: PDF (Portable Document Format); MXD (ArcGIS 9.2); PMF (ArcReader).

Os dados devem estar em sistema de coordenadas geográficas (latitude e longitude). Informações detalhadas dos seguintes dados deverão ser fornecidas em papel e em meio digital: descrição geral dos arquivos produzidos,

procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, entre outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

8. Direitos Autorais e de propriedade intelectual:

As especificações, desenhos, material, arquivos, relatórios e demais documentos elaborados pelo consultor na execução do objeto do Termo de Referência, pertencerão ao Contratante, e lhe serão entregues antes da data fixada para o término do Contrato.

O consultor poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento dependerá de autorização prévia e expressa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, mesmo depois de encerrado o contrato.

Para a aprovação dos produtos, representantes da administração central do ICMBio poderão indicar a necessidade de complementações ou alterações nos mesmos.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação e dos comunitários

9. Prazos: A consultoria será realizada em até **240 dias** (oito meses), a contar da assinatura do contrato. A remuneração total será paga em parcelas, após a aprovação de cada produto.

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação prévia da CCUC-DIREP que terá um prazo de 10 dias úteis para se manifestar. Após a manifestação, o contratado deverá apresentar a versão final, se for o caso, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo esta ser entregue num prazo máximo de 15 dias após aprovação da versão preliminar pela CCUC-DIREP

Os produtos serão entregues obedecendo ao cronograma abaixo:

10 . Produtos	Valor	Prazo
Produto 1: Relatório do diagnóstico ambiental com a sistematização dos dados e informações sobre o meio biótico e abiótico marinho, descrevendo e avaliando os itens elencados no item 8.1.2, elaborado e aprovado.	R\$	70 dias
Produto 3: Relatório com a sistematização dos dados e informações sobre a atividade pesqueira e aquícola, descrevendo e avaliando os aspectos elencados no item 8.1.3, bem como apresentação dos produtos cartográficos referentes ao item 8.1.4., elaborado e aprovado.	R\$	150 dias
Produto 4: Relatório sintético e analítico final, integrando e correlacionando os resultados obtidos nos demais produtos, apresentando contribuições para o desenho da unidade de conservação na área estudada, apresentando os resultados dos itens 8.1.5 e 8.1.6, elaborado e aprovado.	R\$	240 dias

Valor total do Contrato:

De acordo com a portaria nº 168 de 25/07/08-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do consultor.

Total: R\$

OBS: Qualquer necessidade de alteração no cronograma proposto deverá ser negociada com a CCUC-Coordenação de Criação de Unidades de Conservação da DIREP. Esta negociação deverá partir do consultor contratado, que deverá emitir um documento formal para a CCUC, solicitando alteração nos prazos, justificando a necessidade e sugerindo novas datas.

A não entrega de um produto dentro do prazo, sem justificativa, poderá acarretar no cancelamento do contrato, sem ônus para o Contratante.

Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do contratado a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

11 - PERFIL DO PROFISSIONAL

Modalidade a ser Contratado:	(X) Produto			
Período da Contratação:	8 meses			
Nível de Escolaridade Desejado:	() Nível Médio	(X) Nível Superior	() Mestrado	() Doutorado
Formação(ões) Acadêmica (s): Graduação na área de oceanografia, engenharia de pesca, biologia ou afins.				
Experiência Profissional: Experiência em estudos de caracterização ou diagnóstico de atividade pesqueira, preferencialmente em ambientes costeiros ou marinhos Experiência em Sistemas de Informações Geográficas.				
Tempo de Experiência Profissional: Experiência profissional de, no mínimo, 3 anos, em trabalhos de natureza similar aos propostos nesse termo de referência.				
Disponibilidade para Viagens:	(X) Sim		() Não	
Conhecimentos em Informática:	(X) Sim		() Não	
Conhecimento da legislação ambiental pertinente:	(X) Sim		() Não	
Conhecimento em língua inglesa	() Sim		(X) Não	
Capacidade de redação clara e concisa em português.	(X) Sim		() Não	
OBS: O consultor deverá ter disponibilidade de tempo e compromisso de participação no trabalho, assim como capacidade de relacionamento adequado com áreas governamentais, empresarial e especialmente com as comunidades pesqueiras da região.				
12. Insumos Previstos: Todos os equipamentos e materiais necessários ao trabalho serão de responsabilidade do consultor, que contará com o apoio do ICMBio na obtenção de documentação, contatos e visitas às Unidade de Conservação, sempre mediante comunicação antecipada. O acesso a toda a documentação existente na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação/DIREP e demais representações do ICMBio, que possa auxiliar o trabalho do profissional responsável pela consultoria, lhe será facilitado, mediante prévia solicitação. Por ocasião do trabalho de campo poderão ser utilizadas as instalações das Unidades de Conservação federais da região, bem como meios de transporte destinados para este fim e outros equipamentos necessários, desde que haja disponibilidade e anuência da Chefia da Unidade..				

MODELO DE CURRÍCULO

CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMAÇÕES PESSOAIS							
Nome completo:							
E-mail:							
Nº do RG:							
Órgão Expedidor:							
Data de Expedição:							
Data de nascimento: (dd/mm/aaaa)							
*Local de nascimento:							
Sexo:							
Nome do Pai:							
Nome da Mãe:							
Estado civil:							
Língua Pátria:*							
Nacionalidade de origem:							
Nacionalidade atual:							
HISTÓRICO PESSOAL							
Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?							
Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):							
ENDEREÇOS							
Tipo Endereço CEP	Estado	País	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial							
Residencial							
TELEFONES							
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal			
ESCOLARIDADE							
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível		
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS							
Nome do Curso	Local do Curso	Carga Horária					

--	--	--

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A partir da data:	Até (data):	Tempo de Experiência:
--------------------------	-------------	-----------------------

Cargo:	Empregador:	
---------------	-------------	--

Supervisor

Cidade/Estado:

Atividades:

Número e tipo de empregados supervisionados

Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)

ESPECIALIDADES

No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.

ESPECIALIDADE	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)

FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS

Nome	Org. Internacional	Parentesco

RESUMO DO CURRÍCULO: (De acordo com o perfil descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):

DATA ____ / ____ / ____ ASSINATURA

**CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL
- MODALIDADE PRODUTO -**

1. FORMAÇÃO ACADÊMICA (Peso 1.0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital.	8,0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui mestrado (para o caso de nível superior).	9.0
Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui doutorado (para o caso de mestrado) na área de conhecimento do produto	10.0

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Peso 2.0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Atividades não especificadas na área do objeto de contratação, conforme Edital.	0	0
Atividades desenvolvidas em áreas correlatas ao objeto de contratação, conforme Edital.	1,0 por ano completo	8.0
Atividades específicas ao objeto de contratação, conforme Edital.	2.5 por ano completo	10.0

3. LINGUA ESTRANGEIRA (Peso 1,0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Sem conhecimento do idioma solicitado.	0
Conhecimento básico do idioma solicitado.	3.0
Conhecimento avançado no idioma solicitado.	4.0

4. ENTREVISTA (Peso 2,0)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Timidez, dificuldade de expressão.	0
Apresenta sua experiência de forma sucinta, ou demasiadamente detalhada, prolixo.	3,0
Apresenta sua experiência de forma clara e objetiva.	5,0
Se expressa de maneira clara e objetiva, com visão sistêmica do objeto de contratação.	7.0

OBSERVAÇÃO: O(a) avaliador(ra)/entrevistador(ra) deve apresentar, por escrito, justificativas para a seleção do(a) consultor(a), baseada nos critérios acima indicados e em outros que julgar pertinente ao objeto de contratação. O valor total será obtido pela soma dos itens acima multiplicados pelos pesos indicados.